



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PROCESSO Nº 8702/2026

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 45/2026

PROCEDÊNCIA: Prefeitura de Linhares | Chefe do Poder Executivo

REDAÇÃO FINAL

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária nº 45/2026 de iniciativa do Poder Executivo, subscrito pelo Prefeito, Sr. Lucas Scaramussa, tendo por objeto alterar a Lei Municipal nº 4.371, de 17 de dezembro de 2025, e dá outras providências.

O presente projeto foi aprovado em Plenário SEM EMENDAS, de forma que, considerando que não foi realizada alteração da redação original, deverá ser encaminhado à Secretaria Legislativa para competente autógrafo, com as adequações de técnica legislativa e redacional constantes no anexo.

Linhares/ES, 02 de junho de 2026.

Taís Pereira Santos

Assessora de Técnica Legislativa e Redacional



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DE Nº 45/2026

*ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº
4.371, DE 17 DE DEZEMBRO DE
2025, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou em Sessão Ordinária Projeto de Lei Ordinária de autoria do Poder Executivo, subscrito pelo Prefeito, Sr. Lucas Scaramussa, a saber:

Art. 1º Fica alterado os quantitativos de vagas referentes aos cargos de Professor e Técnico Pedagógico, constantes no Anexo I da Lei Municipal nº 4.371, de 17 de dezembro de 2025, passando a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, que serão suplementadas, se necessário, com observância da legislação em vigor.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

ANEXO I

Função Temporária	Professor
Vagas	1000
Carga Horária	25 horas semanais
Remuneração Total	R\$ 3.206,64
Requisito de Ingresso	Graduação superior de licenciatura plena em pedagogia ou Normal Superior. Graduação superior de licenciatura plena em disciplinas específicas do Ensino Fundamental. Na educação especial, graduação de licenciatura plena em pedagogia com especialização na área de atuação. Curso de nível superior em área correlata à disciplina ou modalidade de ensino. Poderão ser exigidas, conforme a especificidade da atuação docente, pós-graduação, cursos de especialização ou de extensão com carga horária mínima definida ou registro em conselho profissional competente.
Descrição Sumária	Compreende cargo que se destina à docência nos campos de atuação da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental na implementação de atividades necessárias à plena efetividade do ensino e da aprendizagem dos educandos da Rede Municipal de Ensino. Além disto, compreende cargo que se destina à docência de disciplinas específicas no campo de atuação da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação Especial na implementação de atividades necessárias à plena efetividade do ensino e da aprendizagem dos educandos da Rede Municipal de Ensino. Atua na Educação Especial, atua também em salas de recursos e de suporte técnico aos profissionais do magistério do ensino regular de EF e de EI.



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Função Temporária	Técnico Pedagógico
Vagas	120
Carga Horária	25 horas semanais
Remuneração Total	R\$ 3.206,64
Requisito de Ingresso	Licenciatura em Pedagogia, acrescido de comprovante de experiência de 02 anos de regência de classe, independente do ano ou rede de ensino.
Descrição Sumária	Na Unidade Escolar: com atribuições de planejamento, avaliação e monitoramento dos resultados do processo pedagógico; de orientação e coordenação pedagógica aos docentes das unidades escolares e na coordenação dos projetos que integram a proposta político-pedagógica da escola. Em unidades técnicas da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação – SEME com atribuições de formulação, planejamento, inspeção, execução e monitoramento dos processos técnico-administrativos respeitada a legislação vigente.